



Ministério Público Federal

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARANÁ

FORÇA TAREFA "OPERAÇÃO LAVA JATO"

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 13ª VARA FEDERAL DE CURITIBA

Autos nº 5021365-32.2017.4.04.7000 (Ação Penal)

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por intermédio dos procuradores da República signatários, vem à presença de Vossa Excelência expor e requerer o seguinte.

1. Na data de 25 de abril de 2014, a 2ª turma do C. STF, no julgamento dos **Embargos de Declaração no Quarto Agravo Regimental** na Petição 6.780 – DF decidiu por determinar o encaminhamento de declarações prestadas por colaboradores da Odebrecht¹ para a Seção Judiciária de São Paulo. A decisão, por maioria de três a dois, foi conduzida pelo Ministro Dias Toffoli, acompanhado pelos Ministros Gilmar Mendes e Lewandowski.

Como razão de decidir, o Min. Dias Toffoli declarou, no voto condutor, a partir da leitura dos termos de colaboração, o seguinte:

a) "*não diviso, ao menos por ora, nenhuma imbricação específica dos fatos descritos nos termos de colaboração com desvios de valores operados no âmbito da PETROBRAS*";

b) "*a investigação se encontra em fase embrionária*" e há "*impossibilidade, em sede de cognição sumária, de se verticalizar a análise de todos os aspectos concernentes à declinação da competência*".

Tal decisão não tem qualquer repercussão sobre a competência desse douto juízo para processar e julgar a presente ação penal.

¹ Pelos colaboradores Alexandrino de Salles Ramos Alencar (Termos de Depoimento nº 12, 13, 14, 15 e 20), Carlos Armando Guedes Paschoal (Termo de Depoimento nº 11), Emílio Alves Odebrecht (Termos de Depoimento nº 6, 11, 12, 17, 21, 23 e 24), Emyr Diniz Costa Junior (Termo de Depoimento nº 2), Marcelo Bahia Odebrecht (Termos de Depoimento nº 13, 14 e 15), Paul Elie Altit (Termo de Depoimento nº 18), Paulo Ricardo Baqueiro de Melo (Termo de Depoimento nº 1) e João Carlos Mariz Nogueira (Termo de Depoimento nº 4).

2. Em primeiro lugar, deve-se observar que a referida decisão não tem por objeto a modificação de competência para o julgamento da ação penal (já reconhecida por esse d. juízo - Evento 7), mas sim o mero encaminhamento de termos de colaboração.

O envio pelo STF de termos de colaboração sobre determinados fatos significa uma decisão preliminar de encaminhamento de documentos, como ressalva o próprio voto condutor, ao sublinhar que o seu exame se restringia às informações limitadas disponíveis naqueles autos. Trata-se de decisão que não fez análise profunda ou "vertical" da competência, até porque não foi sequer instaurada investigação sobre os fatos perante aquela Corte (para a qual, aliás, tal Corte não teria sequer competência).

A avaliação preliminar documental não afasta uma análise mais aprofundada sobre a competência para a investigação e julgamento dos fatos já feita no juízo de primeira instância (Evento 7), que não foi objeto de juízo de revisão e, portanto, permanece plenamente hígida e surtindo efeitos. O local próprio para a avaliação da competência é a investigação ou ação penal correspondente, incluindo os recursos interpostos.

A própria decisão do Supremo não poderia determinar a competência sobre os fatos – como não determinou – por não estarem presentes outras informações e provas mais amplas, como aquelas constantes nestes autos e que são indispensáveis para a definição da jurisdição adequada, como o próprio Ministro reconheceu. Nesse contexto, cabe ao juízo desta causa decidir, no momento próprio (como fez quando do recebimento da denúncia e fará ao apreciar a exceção de incompetência), à luz de todos elementos de prova encartados aos autos, a respeito dessa questão.

Nesse sentido, a decisão do STF evidentemente não impede que os mesmos colaboradores sejam ouvidos sobre fatos relevantes para instrução de outras investigações e ações penais, que tiveram e têm sua competência definida no âmbito dos canais próprios de decisão e revisão do Judiciário. Vários deles, aliás, já foram ouvidos na investigação que embasa esta ação penal. Os depoimentos foram colhidos, no curso regular da instrução do caso, seguindo-se todas as normas procedimentais e legais atinentes, de modo plenamente regular, não sendo em nada afetados pela referida decisão.

3. Em segundo lugar, cumpre atentar para o fato de que a decisão majoritária preferiu ignorar fatos notoriamente conhecidos que ensejariam uma conclusão diversa. A decisão se escora em dois fundamentos, quais sejam, **(a)** as investigações estariam em fase embrionária e **(b)** a leitura destacada dos depoimentos não faz menção a desvios da PETROBRAS. À luz de fatos notórios, contudo, os dois fundamentos não têm qualquer sustentação na realidade.

4. De fato, a referência a "investigação embrionária" só pode ser compreendida se interpretada em relação aos limites dos autos submetidos ao Supremo, que continham basicamente os depoimentos dos colaboradores. Fora desse limitado espectro de compreensão, não há que se falar em investigações embrionárias dos fatos referidos nos depoimentos.

É fato notório que houve uma larga e profunda investigação conduzida sobre os fatos envolvendo o "Sítio de Atibaia", que culminou no ajuizamento e já processamento avançado da presente ação penal, perante essa Subseção Judiciária². Fatos notórios, aliás, como se sabe,

² O PIC nº nº 1.25.000.003350/2015 foi instaurado em 06 de novembro de 2014, e o Inquérito Policial nº 5006597-38.2016.4.04.7000 em 19 de fevereiro de 2016, tendo por objeto a apuração de tais fatos. Além disso, tais investigações foram concluídas, e, como por todos sabido, foi proposta a pertinente ação penal nº 5021365-32.2017.4.04.7000 em 22 de maio de 2017, que já se encontra em fase

independentem de prova (arts. 374, I, CPC, c/c 3º, CPP).

A par de ser fato notório a existência de investigações e ações penais relacionadas a benefícios indevidos em favor do ex-presidente Lula, em curso perante essa Subseção, é reconhecida expressamente no próprio acórdão embargado que foi mencionado pelo Min. Dias Toffoli em sua decisão:

(...) 3. Indicando a narrativa fática dos colaboradores suposto pagamento de vantagens indevidas, por parte do Grupo Odebrecht, à obtenção de benefícios em detrimento da Petrobras S/A, demonstra-se o liame do contexto com o objeto da operação de repercussão nacional que tramita perante a Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado do Paraná.

4. A relação de conexidade torna-se ainda mais evidente em razão do processamento de ações penais por fatos análogos (autos ns. 5054932-88.2016.4.04.7000, 5019727-95.2016.4.04.7000 e nº 5063130-17.2016.4.04.7000) na 13ª Vara Federal de Curitiba 5. Não havendo menção à autoridade detentora de foro por prerrogativa nesta Suprema Corte, a declinação, com remessa dos termos, deve se dar em favor da autoridade judiciária perante a qual tramitam procedimentos que guardam aparente conexão com os fatos narrados, nos termos do art. 79, caput, do Código de Processo Penal, sem que, com isso, haja peremptória definição de competência.(...)"

5. Além disso, não há que se falar em falta de relação dos depoimentos com o caso PETROBRAS. A vinculação dos fatos com propinas pagas no âmbito da PETROBRAS decorre de um amplo conjunto de provas, entre elas documentos, perícias, testemunhas e depoimentos dos colaboradores inseridos nos autos das investigações e ações penais que tramitam perante esse Juízo. Tais provas foram, em grande parte, colhidas muito antes da colaboração da ODEBRECHT, demonstrando, inclusive, a utilização de valores do Setor de Operação Estruturadas da ODEBRECHT, que formavam um caixa geral para pagamento de propinas, abastecido com dinheiro proveniente, entre outros, dos crimes de cartel, fraude a licitações e corrupção de diversos contratos do grupo econômico com a PETROBRAS. Neste caso, aliás, há fatos conexos envolvendo benefícios concedidos ao ex-presidente Lula pela empreiteira OAS e por JOSÉ CARLOS BUMLAI, dentro do contexto do esquema de corrupção instalado na PETROBRAS. Tais fatos deverão ser objeto de decisão por parte desse juízo, de forma exauriente, por ocasião da prolação da sentença.

Além disso, é notória a existência de investigações e ações penais nessa jurisdição sobre tais fatos. Assim, mostra-se ininteligível a remessa dos depoimentos em questão para outras jurisdições, salvo na hipótese de se querer atentar contra os fatos. A competência para os procedimentos em trâmite nessa jurisdição foi e é fixada e revisada dentro dos canais próprios do Judiciário. Tem razão, neste ponto, o voto condutor, ao declarar expressamente que não poderia fazer uma análise vertical da matéria, sem conhecer as outras provas relacionadas ao assunto ou fora do âmbito adequado, que são as investigações e ações penais existentes.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

6. Em conclusão, apesar do lamentável tumulto processual gerado pela remessa de depoimentos a uma jurisdição diversa da definida nas vias ordinárias, ignorando realidade conhecida, a decisão majoritária da 2ª Turma do STF não tem qualquer repercussão sobre a competência desse douto Juízo para promover e processar a presente ação penal.

A própria decisão, neste ponto adequadamente, reconheceu as limitações cognitivas daquela Corte no exame da Petição n. 6.780, de modo que a remessa dos termos a outra jurisdição foi uma decisão superficial que não tem qualquer repercussão sobre a competência desse douto Juízo. Por não haver qualquer mudança fática ou revisional, deve a presente ação penal prosseguir em seus regulares termos.

Curitiba, 25 de abril de 2018.



Deltan Martinazzo Dallagnol

Procurador da República



Antonio Carlos Welter

Procurador Regional da República



Isabel Cristina Groba Vieira

Procuradora Regional da República

Roberson Henrique Pozzobon

Procurador da República

Paulo Roberto Galvão de Carvalho

Procurador da República

Carlos Fernando dos Santos Lima

Procurador Regional da República

Orlando Martello

Procurador Regional da República

Julio Carlos Motta Noronha

Procurador da República

Athayde Ribeiro Costa

Procurador da República

Januário Paludo

Procurador Regional da República

Diogo Castor de Mattos

Procurador da República

Jerusa Burmann Viecili

Procuradora da República

Laura Gonçalves Tessler

Procuradora da República